

de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF), excepcionou do regime geral de elaboração e apresentação dos orçamentos as instituições e serviços a que sejam atribuídas responsabilidades de âmbito nacional ou inter-regional.

De acordo com o artigo 12.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, a atribuição de responsabilidades nacionais ou inter-regionais, quer para actividades de orientação e coordenação em áreas especializadas, quer para a prestação de cuidados, depende da classificação das instituições e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a qual pressupõe um estudo técnico profundo, que se encontra em curso.

Tornando-se necessário prorrogar o prazo para a conclusão dos estudos em curso, tendo em vista a plena execução do artigo 12.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, importa manter a classificação provisória dos serviços do SNS, para efeitos de aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 308/93, de 2 de Setembro, tal como previa a Portaria n.º 832/94, de 17 de Setembro.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Saúde, o seguinte:

1.º São considerados, provisoriamente e para efeitos de aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 308/93, de 2 de Setembro, como detendo responsabilidades nacionais ou inter-regionais as instituições e serviços constantes do anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º As instituições e serviços referidos no número anterior devem enviar directamente ao IGIF os respectivos orçamentos para o ano de 1996.

Ministério da Saúde.

Assinada em 19 de Maio de 1995.

O Ministro da Saúde, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*.

ANEXO

Hospitais centrais

Hospital de São José.
Hospital de Santo António dos Capuchos.
Hospital de Curry Cabral.
Hospital de Dona Estefânia.
Hospital de Santa Marta.
Hospital de Santa Maria.
Hospital de São João.
Hospitais da Universidade de Coimbra.
Hospital Geral de Santo António.
Centro Hospitalar de Coimbra.
Hospital de Pulido Valente.
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.
Hospital de Egas Moniz.
Hospital de Santa Cruz.
Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão.
Hospital de Joaquim Urbano.
Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia.
Hospital Ortopédico do Dr. José de Almeida.
Hospital de São Francisco Xavier.
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa.
Maternidade de Júlio Dinis.
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Lisboa.
Instituto Português de Oncologia — Centro Regional de Oncologia de Coimbra.
Instituto Português de Oncologia — Centro Regional de Oncologia do Porto.
Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto.

Serviços autónomos diversos

Instituto de Genética Médica do Doutor Jacinto Magalhães.
Centro de Histocompatibilidade do Norte.
Centro de Histocompatibilidade do Centro.
Centro de Histocompatibilidade do Sul.
Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.
Instituto de Clínica Geral da Zona Norte.
Instituto de Clínica Geral da Zona Centro.
Instituto de Clínica Geral da Zona Sul.
Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara.
Escola Superior de Enfermagem de Beja.
Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto.
Escola Superior de Enfermagem de Bragança.
Escolas Superiores de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa e de Braga.
Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes.
Escola Superior de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca.
Escola Superior de Enfermagem do Dr. Lopes Dias.
Escola Superior de Enfermagem de Faro.
Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil.
Escola Superior de Enfermagem da Guarda.
Escola Superior de Enfermagem de Leiria.
Escola Superior de Enfermagem de Portalegre.
Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.
Escola Superior de Enfermagem da Cidade do Porto.
Escola Superior de Enfermagem de Santarém.
Escola Superior de Enfermagem de São João.
Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus — Évora.
Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo.
Escola Superior de Enfermagem de Vila Real.
Escola Superior de Enfermagem de Viseu.

Serviços psiquiátricos

Hospital do Conde de Ferreira.
Hospital de Júlio de Matos.
Hospital Psiquiátrico do Lorvão.
Hospital de Magalhães Lemos.
Hospital de Miguel Bombarda.
Hospital de Sobral Cid.
Centro Psiquiátrico de Recuperação de Montachique.
Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes.
Centro Regional de Alcoologia de Coimbra.
Centro Regional de Alcoologia de Lisboa.
Centro Regional de Alcoologia do Porto.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Portaria n.º 594/95

de 17 de Junho

O Decreto-Lei n.º 276/92, de 12 de Dezembro, determinou a transferência das competências do Instituto do Consumidor, em matéria de prevenção do tabagismo, para a Direcção-Geral da Saúde.

Em consequência desta medida, impõe-se ajustar o regime de competências previsto nos n.ºs 7.º e 8.º da Portaria n.º 821/91, de 12 de Agosto.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros da Saúde e do Ambiente e Recursos Naturais, o seguinte:

1.º Os n.ºs 7.º e 8.º da Portaria n.º 821/91, de 12 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

7.º Os produtores e importadores de produtos do tabaco devem enviar anualmente, até ao dia 30 de Setembro, à Direcção-Geral da Saúde a lista dos teores de condensado e nicotina dos cigarros comercializados em território nacional.

8.º Compete à Direcção-Geral da Saúde, nos termos da lei, assegurar e promover as acções necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria, ouvido, designadamente, o Conselho de

Prevenção de Tabagismo e socorrendo-se, para o efeito, da colaboração de serviços e entidades habilitados.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministérios da Saúde e do Ambiente e Recursos Naturais.

Assinada em 24 de Maio de 1995.

O Ministro da Saúde, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*. — A Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 30/95

Considerando que o investimento em sinalização turística é um factor imprescindível para o desenvolvimento turístico;

Considerando que os quiosques multimédia, enquadrados em sistema informático desenvolvido pela Direcção-Geral do Turismo, enquanto terminais que permitem a consulta de bases de dados de natureza turística e, em geral, o acesso a informação turística de âmbito nacional, regional e local, se assumem como um poderoso instrumento de difusão de informação turística, ao lado da sinalização turística convencional;

Considerando que, assim, se afigura oportuno apoiar financeiramente o investimento na aquisição e instalação dos referidos quiosques, no âmbito dos financiamentos a conceder pelo Fundo de Turismo:

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 149/80, de 23 de Maio, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49 266, de 26 de Setembro de 1969, com a redacção que lhe foi dada pelo

Decreto-Lei n.º 203/89, de 22 de Junho, e no exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 154/94-DR, do Ministro do Comércio e Turismo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 26 de Fevereiro de 1994, determino o seguinte:

1 — O n.º 2.1 do Despacho Normativo n.º 670/94, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 220, de 22 de Setembro de 1994, passa a ter a seguinte redacção:

2.1 — A sinalização turística referida no número anterior poderá abranger:

- a)
- b)
- c)
- d) Os quiosques multimédia enquadrados em sistema informático desenvolvido pela Direcção-Geral do Turismo — terminais que permitem a consulta de bases de dados de natureza turística e, em geral, o acesso a informação turística de âmbito nacional, regional e local.

2 — Quando enquadrado nos projectos a que se refere o n.º 29 do anexo ao Despacho Normativo n.º 469/94, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 152, de 4 de Julho de 1994, o investimento na aquisição e instalação dos quiosques multimédia, a que alude a alínea d) do n.º 2.1 do Despacho Normativo n.º 670/94, com a redacção que lhe é dada pelo número anterior, beneficia dos financiamentos concedidos pelo Fundo de Turismo ao abrigo do referido Despacho Normativo n.º 469/94.

3 — É prorrogado por um ano o prazo a que alude o corpo do n.º 29 do anexo ao Despacho Normativo n.º 469/94.

Ministério do Comércio e Turismo, 30 de Maio de 1995. — O Secretário de Estado do Turismo, *Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas*.